

A LÍNGUA DO POVO KARIRI-XOCÓ E SUA EXPRESSÃO POLÍTICO-CULTURAL

Elizabete Costa Suzart (Pós-Crítica/UNEB)¹

Resumo: busca-se levantar indícios que alinhem à investigação dessa língua, dita por seus falantes como “labiríntica”. Para tanto, será feito um levantamento de vocábulos de grupos híbridos, agregados do Tupi, língua outrora falada pelos Xocó, como Língua Geral dos Aldeamentos jesuíticos, Kipeá e Dzubukuá (Dialeto Kariri, dentre outros), para a sobrevivência da Língua dos Kariris. Tem-se como Objetivo Geral, reconhecer a potência da oralidade e a partir dela a importância do seu registro escrito, como instrumento de auxílio para a revitalização da língua pelos indígenas. Para isto, serão selecionados vocábulos da tradição oral, dos cantos de Toré, registros escritos e outros acervos encontrados durante a pesquisa, elucidando a sua perpetuação, no engajamento coletivo para o ativamento do bilinguismo nessa comunidade indígena. Portanto, considera-se critérios de análise pautados no estudo comparado da Língua Indígena com a Língua Portuguesa, fazendo traduções para termos como resultado final, a confecção de um Dicionário Cultural da Língua Kariri-Xocó², tendo em foco, também, a sua transcrição fonética, seguindo as Normas do Alfabeto Fonético Internacional. Busca-se, através de atividades artístico-culturais e na expressão política desse povo, a releitura e análise da Política de Língua e Indígena e outras reflexões pertinentes. Nesse sentido, o desenho teórico-metodológico se constrói numa perspectiva Etnográfica e de cunho Qualitativo. A coletânea de material audiovisual servirá de acervo documentário junto ao Laboratório de Web rádio como ciência de competência a divulgar produções artístico-culturais no processo da pesquisa, além de servir para um futuro material de arquivo da memória do povo Kariri-Xocó. Dentre teóricos selecionados, foram destacados alguns que enfatizam a tradição oral e questões de reexistência como viés na ressignificação da língua desse povo. Seguindo da utilização de fontes imprescindíveis, os indígenas, que articulam com o ensino e aprendizado dessa língua; Nhenety, narrador das memórias de seu povo, junto à ONG Thydêwá (Índios Online 2007-2018), Foucault (1996), Gambini (1988), Ginzburg (1989; 2006), Luciano (Gersem Baniwa, 2006), Garcia, Lery; Mory (2015) Mignolo (2007), Silva (1998; 2016), Moreira (2002), Halbwachs (1990), Hall (2003, 2005), Seidel (2007), Spivak (2010), Zumthor (2005), dentre outras referências bibliográficas e Web referências a serem revisadas.

Palavras-chave: Língua Kariri-Xocó. Toré. Política de Língua Indígena. Dicionário Cultural.

Acreditando que o bilinguismo na Aldeia Kariri-Xocó pode ser estudado de maneira também formal pela nova geração, procura-se um aprofundamento com essa investigação que envolva também discussões acerca da Política de Língua Indígena no Brasil, dentro deste universo multicultural que já acompanha a dialética da vida da aldeia e que tem a língua dos brancos, a portuguesa, na fala do cotidiano e principalmente ministrada nas instituições municipais e estaduais de ensino, da Pré-escola ao Ensino Médio — embora haja estudo da Língua Original dos Kariri-Xocó, há mais de trinta anos, pelo “Guardião das Tradições”, Nhenety, historiador, escritor e estudiosa das tradições e memórias do seu povo.

As centenas de cantos executados de forma oral e utilizados, há séculos, no Ritual de Toré — o qual a partir do ano 1980 se tornou a expressão máxima de identidade étnica que distinguia o povo Kariri-Xocó dos demais indígenas no Brasil — foi ferramenta primordial na manutenção da

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia na Linha de Pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida, sob orientação do Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos. Endereço eletrônico: lisasuzart@hotmail.com.

² Aldeia Sementeira, situada em Porto Real do Colégio-AL, com ponto cultural deslocado para o Litoral Norte no município de Entre Rios-BA.

língua Kariri, bem como da cultura desse povo. Ela pode estar dentre as cerca de 180 línguas indígenas, as quais diferenciam entre si e mesmo aquelas do tronco linguístico com origem no Tupi, com as quais se relacionam, no nordeste e pelo Brasil Como afirma LUCIANO:

Com a emergência do movimento indígena no início da década de 1980, essa realidade sociocultural mudou completamente. O valor sociocultural passou a ter outra referência. Começaram a ser valorizados os povos que falavam suas línguas originárias e praticavam suas tradições (GERSEM BANIWA. 2006, p. 32).

Com esta afirmação de Baniwa (o qual tem honra em se identificar como um membro do Povo “Baniwa”), pode ser, então, compreendida a expressão máxima de orgulho nas apresentações artístico-culturais, quando os representantes da aldeia entoam quase com um grito de guerra, após seu nome indígena, por exemplo: “sou Paruanã, Kariri-Xocó!”

A memória viva que não se apagou no tempo, mostra a resistência secular dos KARIRIS. Estes, muito bem representados pelo seu líder, Nhenety, que guarda suas tradições, desde a oralidade à escrita, servindo de um exemplar porta-voz em seus escritos periódicos, seja em livros, entrevistas, encontros intertribais, no campo acadêmico de algumas universidades, nas reuniões de associações da aldeia, nas escolas e principalmente nos rituais, dentro e fora da aldeia. Ele faz uma recapitulação primordial na gênese do seu povo, ressaltando a importância da multiplicação de esforços, na luta contínua de auto afirmar sua etnia para continuarem a reexistir:

Nós, indígenas Kariri-Xocó, do Município de Porto Real do Colégio, em Alagoas, somos na realidade, um grupo de origem pluriétnica. Nossa formação vem da formação dos Kariri, Aconã, Karopotó no século XVII, dos Tupinambá e Natu no século XVIII e dos Xocó no século XIX” NHENETY (2012, p. 14).

Se faz de grande importância conhecer essa gênese que deu origem ao Povo que hoje, no século XXI, nos é apresentado como uma fortaleza que resiste à História de etnocídio com o resultado catastrófico do genocídio praticado com os povos nativos, além do glotocídio das línguas pela supressão da língua geral, Tupi, e por fim a portuguesa. Ainda que esta história seja contada nas entrelinhas, e ao mesmo tempo, sendo um grande sinal de resiliência das suas constantes insurreições contra a ação colonizadora.

Após algumas interações com o Toré, complementadas com diálogos com membros dessa tribo, houve um despertar para o forte apelo da expressão política contida naquele bater do pé no chão (“Torá”, na língua), com a que assim é ritmada e inspirada à luta constante com chamadas para a desobediência epistêmica que inflama e contagia.

[...] “o pensamento descolonial vive nas mentes e corpos indígenas, bem como nas de afrodescendentes. As memórias gravadas em seus corpos por gerações e a marginalização sócio-política a qual foram sujeitos por instituições imperiais [...]. O “pensamento descolonial castanho”, construído nos Palanques dos andes e nos quilombolas do Brasil, por exemplo, complementou o “pensamento indígena descolonial” trabalhando como respostas imediatas à invasão progressiva das nações imperiais europeias (Espanha, Portugal, Inglaterra, França, Holanda) Mignolo (2008, p. 291-292).

Desde a chegada dos portugueses no litoral brasileiro, sob a intervenção dos missionários jesuítas, havia contato e entendimento de tolerância com alguns grupos de indígenas que habitavam esta região. Já os que adentraram à mata, estavam em constante conflito com os litorâneos e por relutarem a uma aproximação, pelo menos de aceitação lógica aos dominadores, eram tratados “genericamente por “Tapuias” Ferrari (1954, p. 38). Os que falavam outros idiomas que não era do tronco linguístico tupi, mas do grupo que hoje é classificado como Macro-jê. Assim, com a implantação de uma chamada ‘língua geral’, de domínio dos jesuítas e aplicado nos aldeamentos, este era tido como um dialeto, derivado do tupi, contendo também hibridismos com a língua portuguesa.

Do objeto de estudo, A Língua do Povo Kariri-Xocó, há muitas suposições e portanto, ainda em aberto nas investigações feitas por etnólogos, sendo aceito na Aldeia de Porto Real de Colégio, Alagoas, no Vale do São Francisco, considerado um dialeto provindo do tupi, mas hoje classificado como do grupo Macro-jê, a Língua dos Kariri-Xocó, o Dzubukuá.

Pela primeira vez emergem, na história, os Kariri quando são tratados por Fernão Cardim na sua obra *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, embora os outros cronistas quinhentistas, chamam de “Tapuias” às tribos que não falam a “língua geral” ou “língua mais falada da costa”. Destarte, talvez os Kariris já fossem conhecidos, porém, não identificados, cabendo a Cardim a honra de havê-los apontado no seguinte parágrafo: outros no mesmo sertão da Bahia, que chamam Cariri, têm língua diferente... São amigos dos portugueses” (FERRARI apud CARDIM, 1954, p. 17).

Ficou desta forma constatada a presença dos Kariri ao longo da história da colonização portuguesa no Brasil e, portanto um povo pré-colombiano.

Com a Lei 6.001, conhecida como o Estatuto do Índio, a situação jurídica dos “índios ou selvícolas” e das comunidades indígenas ganhou outra dimensão. Vide Parágrafo único: “Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam os demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei”.

Vale ressaltar que os movimentos que cresceram desde a década de 1970, suscitavam grandes mudanças rumo aos direitos dos indígenas, devido a militância de indigenistas que se mobilizaram, junto com representantes de tribos para uma ação de identidade, mudando o sentido de ser índio para um conceito mais positivo do que antes que ser índio ou caboclo era uma denominação vinculada a mestiçagem e com visão negativa — Como no popular se associa “fazer um programa de índio” como algo sem organização; o sentido de maloca (o espaço sagrado indígena) e malocar com sentido pejorativo de bagunça, desordem e vagabundagem. Coisas do pensamento colonial!

A resistência racional aplicada pelos indígenas, Kariri, foi uma estratégia de sobrevivência e essa “amistosidade”, supõem-se que foi a possibilidade de continuarem preservando a coletividade, aceitando em parte a aculturação, com o processo de aldeamento e conversão ao catolicismo, mas sem perder os seus princípios étnicos, através da prática ancestral do Ritual do Ouricuri³ e da prática do Toré, além da língua que foi mantida na sua dinâmica e que pretende-se reativá-la, junto com o sujeito em ação, os indígenas, nova geração dos Kariri-Xocó que já formam as “Sementes do Dzubukuá”. Contudo, paulatinamente foi percebido que a performance executada nas atividades artístico-culturais pelo grupo que é constituído das várias etnias reunidas (Karopotó, Fulni-ô, Pankararu, Aconã, Natu e outras mais), possui um apelo também político de resistência. O corte no tempo, nas atividades e no ritmo da aldeia para o Ritual, no Espaço Sagrado do Ouricuri, serve para nutrir o espírito da aldeia. É este o “entre-lugar” que firma este povo na Disciplina Ancestral, revitalizando o devir de unidade para nortear a vida coletiva que nela existe através dos saberes preservados de manter uma sociedade com características primitiva e sem Estado.

Portanto, para conhecer um povo que tem herança ancestral, o qual se constituía uma das entre tantas nações, dentro do território brasileiro, reduzidos à visão unilateral de fazerem parte de mais um órgão federal (SPI criado em 1910,) FUNAI (1969) – após tantas lutas travadas, ao longo desses cinco séculos, é imprescindível que se esteja munido de um material etnográfico amplo, muita persistência e rigor nas ações para o engajamento em redes que divulguem trabalhos e o modo de vida que é mantido pelos povos tradicionais. “No passado, o homem branco fez muitas perguntas [...] E o índio respondeu: — O sol nasce e se põe em nossas terras; a linha do horizonte é o nosso limite, onde o céu se encontra com a terra, de forma circular, porque o nosso mundo é redondo” Nhenety-Kariri-Xocó (2012, p. 14).

³ Espaço sagrado, com área de preservação ambiental, com cerca de 300 hectares de mata verde de preservação da fauna e flora. ONG THYDÊWÁ. MEMÓRIA, 2012. Disponível em: <www.thydewa.org/memoria>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Este pensamento expresso pelo escritor da tribo, altamente comprometido com esse devir que o faz lançar-se à pesquisas e vivências que só revitalizam o espírito de coletividade e compromisso com os princípios de suas tradições, mantendo-o numa dinâmica de posição de liderança e referência para o povo da aldeia. Sejam eles índios ou não índios, seguem os princípios de respeito ao Pajé Suíra e às demais lideranças. Reconhecer a potência da oralidade e a partir dela a importância do seu registro escrito, como instrumento de auxílio para a revitalização da língua pelos indígenas, é compromisso de um engajamento coletivo para o bilinguismo, rumo à articulação na preservação da língua como um patrimônio material desse povo.

REFERÊNCIAS

- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1978.
- FERRARI, Alfonso Trujillo. Os Kariri, o crepúsculo de uma povo sem história. *Revista "Sociologia"*, 1957.
- Figura da Violência Moderna: Confluências Brasil/Canadá/Organização*: Cláudio Gledson Novaes, Lícia Soares de Souza, Roberto Henrique Seidel – Feira de Santana: NEC; UEFS editora 2010. 252 p.:il.
- FOUCAULT, Michael. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Loyola: São Paulo. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio – 24. ed. – São Paulo, 2014. – (Leituras Filosóficas).
- GAMBINI, Roberto. O Espelho Índio: Os jesuítas e a destruição da alma indígena. *Espaço e Tempo*: Rio de Janeiro, 1988.
- GUINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas José Paulo Paes; revisão técnica Hilário Franco Jr. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GUINZBURG, C. Sinais – raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidade e mediações Culturais; tradução Adelaine La Guardia Resende*; Organização Livsovik; Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília; Representação UNESCO no Brasil, 2003.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. DP&A, 2005.
- Índios Kariri-Xocó. Disponível em: <<https://www.indiosonline.net/thydewa-o-que-e-quem-somos-e-o-que-pretendemos/>>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. Coleção educação para todos. Série vias dos saberes, n.1.
- Estatuto do Índio. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Estatuto_do_indio>. Acesso em 30/11/2018.
- ONG THYDÊWÁ. MEMÓRIA, 2012. Disponível em: <www.thydewa.org/memória> Acesso em 30/11/2018.
- PELBART, P. (2007). Biopolítica. Sala Preta, p. 57-66. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v7i0p57-66>>. Acesso em: 18 ago. 2018.